



Câmara Municipal de Anadia

ATA Nº 27/2016 EXECUTIVO 2013/2017

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

DATA: vinte e três de novembro de dois mil e dezasseis

INÍCIO: nove horas e cinquenta e sete minutos

ENCERRAMENTO: doze horas e cinquenta e dois minutos

O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:

PRESIDENTE: Eng.^o Maria Teresa Belém Correia Cardoso

VEREADORES: Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro

Prof. Litério Augusto Marques (em regime de tempo inteiro)

Dr. Jorge António Tavares de São José

Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado (em regime de tempo inteiro)

Eng.^o Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (Vice-presidente)

Dr.^o Lúcia Filipe Seabra

A Reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.^o Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo.

---- Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, eleita para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, nesta Cidade e Município de Anadia, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu a vigésima sétima reunião ordinária pública de dois mil e dezasseis a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng.^a Maria Teresa Belém Correia Cardoso, tendo comparecido os Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, Dr. Jorge António Tavares de São José, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Eng.^o Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Vice-presidente, e Dr.^a Lúgia Filipe Seabra.-----

---- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.^a Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, coadjuvada pela funcionária, Eunice Alexandra Neves Jesus Lopes.-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng.^a Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e cinquenta e sete minutos.-----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- **RUI CASTRO:**-----

---- No período de intervenção do público, tomou a palavra o munícipe Rui Castro, residente em Anadia, que, na qualidade de responsável da associação de pais dos alunos da Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Mogofores, disse pretender saber se a Câmara Municipal tem projetadas algumas obras para aquela escola, quando terão início e que tipo de obras irá ser feito, porque os pais pretendem fazer algo para melhorar a escola e porque sabe que outras escolas se encontram em obras.-----

---- Relativamente ao tipo de contratação que a Câmara Municipal tem, não nos concursos públicos abertos, mas na contratação no âmbito das férias desportivas e programas desportivos que a Câmara Municipal desenvolve, o munícipe questionou se a política mais correta é o tipo de concurso que está a ser desenvolvido, com um critério de adjudicação pela proposta monetária mais baixa, porque, em sua opinião, e para trabalhar com crianças, não deveria ser esse o critério. Argumentou, então, não concordar com esse critério, devido a situações menos corretas que presenciou e comunicou à pessoa responsável na altura, que ocorreram com colegas quando prestou serviço para a Câmara Municipal. Referiu, ainda, que havendo pessoas que fizeram um mau trabalho e que continuam a ser chamadas para projetos da Câmara Municipal, leva-o a pensar que para a Câmara Municipal o que interessa, para trabalhar com as crianças, é quem fizer mais barato, não avaliando, sequer, a experiência das pessoas, na medida em que nunca foi pedido um curriculum para saber da experiência das pessoas em trabalhar com crianças.-----

---- Por fim, disse pretender manifestar o seu desagrado para com a Câmara Municipal, devido a um projeto que apresentou durante três anos, e que foi posto em prática no presente ano, recordando que, na altura, a Senhora Presidente lhe disse que não haveria verbas para o implementar, todavia mais tarde foi-lhe dito que o projeto seria dinamizado, mas com um estagiário, uma vez que seria mais vantajoso para a autarquia. Disse, ainda, que foi depois contactado para entregar uma proposta,

no âmbito de um outro procedimento, cuja contratação seria igualmente feita pela proposta mais baixa, manifestando-se, a finalizar, desiludido, por considerar que não é a maneira mais correta de lidar com as pessoas, uma vez que foi contactado, não para dinamizar o seu projeto, mas para concorrer com outras pessoas que nada tinham a ver com o projeto.-----

---- Em resposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por dar a conhecer, relativamente à Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Mogofores, que é propósito da Câmara Municipal intervir nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico que ainda se encontram no ativo e que não têm, no momento, enquadramento com os Centros Escolares. Aproveitou para esclarecer que, de acordo com a disponibilidade financeira do Município, e com a possibilidade de algum enquadramento para apoio dos Fundos Comunitários para algumas intervenções, foram definidas prioridades e, desde logo, começaram por Vila Nova de Monsarros, estando a ser feita intervenção na de Aguiçim, após o que será lançada a de Tamengos. Relativamente a Mogofores, antecipou que será feito o projeto para a respetiva intervenção, e será objeto de concurso público para passar às obras, acrescentando que os procedimentos levam tempo, pelo que as obras não serão realizadas no imediato. Transmitiu, ainda, que gostaria que as mesmas tivessem início ainda durante o ano letivo, até porque nunca é possível resolver os problemas todos das escolas em período de férias. Portanto, sublinhou que sempre que existe uma intervenção em escolas, é necessário pensar nas crianças, perceber como fazer a intervenção e qual o enquadramento que as mesmas vão ter, de forma a perturbar o mínimo possível o normal funcionamento das escolas. A finalizar, afirmou que, no momento, não poderia dar um prazo concreto, porque não tem mesmo, apesar de já ter dado conhecimento da intenção da Câmara Municipal ao Agrupamento de Escolas.-----

---- Quanto à questão da contratação pública para as Férias Desportivas, a Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que cabe à Câmara Municipal, no cumprimento da lei, fazer a consulta. Acrescentou que essa consulta é feita por ajuste direto, sendo convidadas dez a quinze pessoas, na questão das Férias Desportivas, para apresentar proposta, as quais, em algumas situações, até são ajustadas, porque nem todas as pessoas têm a mesma disponibilidade em período de férias. Afirmou, entretanto, que a Câmara Municipal se reserva a definir os critérios de adjudicação, dentro do princípio da legalidade e no cumprimento do que é estipulado na contratação pública, sendo opção da Câmara Municipal o mais baixo preço.-----

---- Não deixou de referir que as Férias Desportivas têm um custo acessível e que a Câmara Municipal assume valores muito para além daquilo que as crianças pagam, mas sublinhou que também é verdade que quer dar diversidade no Programa e qualidade em relação às pessoas que fazem o acompanhamento das crianças. Aproveitou para transmitir ao município que, até à presente data, não tinha tido qualquer manifestação, por parte dos pais, de desagrado relativamente ao serviço prestado, ainda que reconheça que com muitas crianças por vezes possam ocorrer situações delicadas, cabendo, pois, aos monitores fazer o acompanhamento e a mediação. Referiu, ainda, não lhe parecer que tenha havido qualquer deslize, até porque, de ano para ano, tem vindo a aumentar a disponibilidade de acolher o maior número de crianças nas férias desportivas, e isso mesmo se tem

verificado pela escolha dos pais, que, atualmente, até têm uma maior oferta em termos de programas de férias desportivas. Não deixou de comentar, que até considera pouco ético, da parte do munícipe, colocar em questão a prestação e colegas. Admitiu, a finalizar o assunto, que pode haver uma ou outra situação pontual que pode correr menos bem, porque a iniciativa envolve muitas crianças, mas cabe, no dia a dia, gerir essa situação e existe o compromisso da Câmara Municipal de continuar a defender, da melhor forma, o Programa Férias Desportiva e Culturais do Município de Anadia, com o respetivo enquadramento, que foi alargado a um maior número de monitores, por força do aumento do número de crianças.-----

---- Por último, e a respeito do projeto apresentado há três anos atrás, a Senhora Presidente confirmou ter respondido que a Câmara Municipal, na altura, não tinha condições para o implementar. Adiantou que no ano passado foi feita uma primeira experiência, no sentido de ver a aceitação por parte das crianças e dos professores, ao nível dos jardins de infância da rede pública do Município, com a implementação de um projeto, que não é cópia do projeto do munícipe, sublinhou, e que tem como objetivo disponibilizar às crianças o acompanhamento numa aula diferente de educação física. Em oportunidade, deu a conhecer que o projeto resultou bem, ainda que com alguns constrangimentos, e que o *feedback* que a Câmara Municipal obteve por parte das educadores foi bom, daí ter sido iniciado, uma vez mais, no presente ano letivo. Reforçou, a terminar, não ter havido qualquer cópia do projeto apresentado pelo munícipe.-----

---- **RUI CASTRO:**-----

---- No seguimento da resposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o munícipe solicitou novamente a palavra para dizer, quanto à questão das obras a levar a efeito nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico, que o principal problema das crianças irá manter-se, porque, pelo que pôde ver das obras da escola de Vila Nova de Monsarros, e a ser intervencionada apenas a parte de trás do edifício, continuam a não ter espaço coberto para se abrigar nos tempos de chuva.-----

---- Em relação ao problema das Férias Desportivas, e em resposta ao comentário tecido pela Senhora Presidente, de que seria pouco ético da sua parte apontar o dedo a colegas, o munícipe afirmou que o que lhe parece pouco ético é os responsáveis pelo projeto conhecerem as situações e passarem um pano por cima, permitindo que essas pessoas continuem a prestar o serviço. Acrescentou que certamente as crianças não iriam transmitir essas situações, mas revelou ter ficado incomodado com a situação, enquanto colega e enquanto monitor, por considerar não se tratar de atitudes profissionais para trabalhar com crianças, concluindo estar a expressar o seu desagrado como professor de crianças, mas também como pai.-----

---- Recuperando a questão da contratação, referiu que tenta fazer o seu trabalho da melhor maneira possível e não é contratado, porque tem família e tem duas filhas, ao contrário de outros colegas que vivem em casa dos pais e não têm despesas, e, por isso, podem apresentar uma proposta de valor mais baixo. Ainda que possam não fazer um trabalho tão bom, acabam por ser contratados e ele não devido à questão monetária, rematou. A terminar, e em relação ao seu projeto, afirmou que quando foi contactado a pessoa referiu-se ao seu projeto, pelo que reiterou que o projeto

dinamizado pela Câmara Municipal é uma cópia do seu, apesar do que possa ser dito.-----

---- **PATRÍCIO RIBEIRO:**-----

---- Para a segunda intervenção no período destinado ao público, tomou a palavra o munícipe Patrício Ribeiro, residente em Anadia. O munícipe apresentou-se à reunião pública para apelar a uma intervenção da Câmara Municipal, talvez através da realização de uma vistoria, por forma a evitar a degradação do prédio onde habita, sito na Avenida Engenheiro Tavares da Silva, na cidade de Anadia. Conhecendo a limitação da Câmara Municipal para intervir, por se tratar de uma questão do foro particular, solicitou a sua colaboração, na medida em que não existe entendimento entre os condóminos, que ignoram as notificações para participar na realização de obras, e entende que só obrigados por alguém o farão, concluindo que, pelo menos, a Câmara Municipal pode alertar os condóminos para essa necessidade.-----

---- Em resposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu tratar-se de uma situação que já lhe foi colocada há uns tempos, tendo inclusivamente enviado uma comunicação a sensibilizar o condomínio para a necessidade de intervir no edifício. Quanto à intervenção da Câmara Municipal, esclareceu que poderá ordenar uma vistoria mais técnica, no sentido de fazer a avaliação de problemas estruturais mais delicados, e poderá, uma vez mais, notificar o condomínio e dar conhecimento a cada um dos proprietários, na expectativa de que se mobilizem para solucionar o problema.-----

---- **PEDRO FILIPE DOS SANTOS CARVALHO DA SILVA:**-----

---- Para a última intervenção no período destinado ao público, tomou a palavra o munícipe Pedro Filipe dos Santos Carvalho da Silva, residente em Anadia, para reforçar o pedido apresentado na sua anterior participação numa reunião pública da Câmara Municipal, quanto à possibilidade de uma intervenção, por parte Câmara Municipal, no passeio em frente à sua habitação, sita na Rua Prof. Doutor Rodrigues Lapa, em Anadia. Reforçou, também, que pretende encerrar o processo de licenciamento na Câmara Municipal, recordando encontrar-se há nove meses para conseguir obter a licença de utilização. A terminar, manifestou a sua preocupação pelo facto de não ter seguro, de não ter água definitiva e de não conseguir encerrar o crédito à habitação, e expressou a sua disponibilidade para encontrar uma solução para ver o processo encerrado.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que ninguém na Câmara Municipal pretende criar problemas a quem quer que seja, mas recordou que uma das condições, desde o início, tinha a ver com a reposição do passeio à cota existente. Aproveitou para recordar, também, que o munícipe, para construir a habitação, passou por cima do separador e destruiu o passeio, pelo que tem de repor as situações à sua condição inicial. E acrescentou, ainda, que o munícipe foi promovendo alterações ao projeto, que implicam a apresentação de novos elementos ao processo de licenciamento. A terminar, disponibilizou-se para ir ao local e avaliar da solução para a questão do passeio.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO:**-----

---- **SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:**-----

---- A iniciar o período de antes da ordem do dia, a Senhora Presidente da Câmara Municipal deu algumas notas à Senhora e aos Senhores Vereadores. Sobre o processo de alienação das casas da Moita, informou que todos os ocupantes manifestaram vontade de proceder à aquisição das casas, sendo que quatro pagarão de imediato o valor, sendo celebrada a respetiva escritura, e dois por prestações, mediante a celebração de contrato promessa de compra e venda.-----

---- Quanto ao décimo aniversário da Associação Rota da Bairrada, a assinalar na segunda feira seguinte, dia vinte e oito de novembro, deu a conhecer que a cerimónia de comemoração contaria com a presença do Senhor Ministro da Agricultura.-----

---- Informou, entretanto, que no próximo dia nove de dezembro seria assinalada a data de elevação de Anadia a cidade, com alguns eventos, adiantando que o respetivo programa seria oportunamente remetido aos Senhores Vereadores. Antecipou que seria içada a bandeira ECO XXI na Praça do Município, seria inaugurada a Loja do Cidadão de Anadia, com a presença de membros do Governo, e haveria ainda intenção, nesse dia, de proceder à abertura ao público da nova alameda de acesso ao Colégio Nossa Senhora da Assunção, em Famalicão.-----

---- No dia dez de dezembro, acrescentou, teria lugar a cerimónia de atribuição da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, implementado no serviço da Biblioteca Municipal, e seria igualmente inaugurado o novo núcleo de exposições temporárias do Museu do Vinho Bairrada.-----

---- Aproveitou, também, para dar a conhecer à Senhora Vereadora e aos Senhores Vereadores que o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna lhe tinha comunicado a aprovação da candidatura para requalificação e ampliação do quartel dos Bombeiros Voluntários de Anadia. Sublinhou o facto de ser uma nota positiva, mas também um desafio para a Câmara Municipal, que assumiu o compromisso de colaborar na realização das obras, cabendo, contudo, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia, na qualidade de dono de obra, encontrar os apoios respetivos para assumir os seus compromissos, face ao diferencial entre o montante de investimento da obra e o valor de financiamento.-----

---- Por fim, perguntou da disponibilidade da Senhora Vereadora e dos Senhores Vereadores para uma reunião extraordinária, a realizar no dia sete (07) de dezembro, pelas nove horas e trinta minutos (09h 30m), tendo a mesma ficado, desde logo, agendada para a data proposta pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- **SENHORA VEREADORA, DR.ª LÍGIA FILIPE SEABRA:**-----

---- Entretanto, tomou a palavra a Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, para apresentar alguns temas. Começando por falar do Centro de Investigação de Espumantes da Estação Vitivinícola da Bairrada, a Senhora Vereadora começou por referir que o mesmo serviu para apresentação, em reunião pública do Executivo Municipal, realizada no passado dia vinte e dois de julho de dois mil e quinze, da proposta ao Ministério da Agricultura para a criação do Centro de Investigação Nacional

de Espumantes, com o propósito de trabalhar em articulação com três entidades universitárias, Aveiro, Coimbra e Trás-os-Montes e Alto Douro, e com o Biocant de Cantanhede. Acrescentou tratar-se de um assunto da maior pertinência, que não voltou a ser referenciado, ou seja, um projeto que bem podia ser uma aposta ganha pelo Município, se fosse uma opção prioritária, não deixa de ser apenas uma ideia na gaveta. Aproveitou para recordar que poderia ter sido entendido como um dos projetos a ser apoiado potencialmente pela CIRA, e que poderia ter sido inscrito nas GOP para dois mil e dezassete, mas qualquer uma das situações não se verifica. Revelando não saber se o projeto está esquecido, interpelou a Senhora Presidente da Câmara Municipal no sentido de dizer algo sobre o assunto, sugerindo, a concluir, que poderia aproveitar a visita do Senhor Ministro da Agricultura para lembrar o projeto.-----

---- Sobre as Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, a Senhora Vereadora transmitiu que tem sido abordada por algumas pessoas que referem que já deveria estar a pagamento a primeira tranche da bolsa. Uma vez que o período de candidatura decorreu durante o mês de outubro, prazo que, segundo o regulamento, seria já para pagamento da primeira tranche, defendeu que talvez seja necessário alterar o regulamento, ou o serviço ser mais expedito na avaliação das candidaturas. Concluindo, disse que gostaria de saber quando seria encerrado o processo e quando as pessoas terão a pagamento a primeira tranche, uma vez que as famílias têm necessidade desses valores.-----

---- A propósito do Banco CTT, constatou que tem sido notícia que seriam abertas dependências em Anadia e em Mealhada, assim como postos multibanco. A Senhora Vereadora aproveitou para referir que em Sangalhos todas as entidades bancárias fecharam, mantendo-se, apenas, uma caixa multibanco. Nesse sentido, disse que seria oportuna alguma diligência para contrariar essa tendência de encerramentos, aproveitando para dar a conhecer que se encontra também previsto o encerramento do Hospital da Misericórdia de Sangalhos para o final do ano. Em oportunidade, referiu que a situação de vários encerramentos está a degradar os melhores indicadores de desenvolvimento económico e qualidade de vida das populações, nomeadamente na freguesia de Sangalhos, sem que algo seja feito, e que apesar de se falar de construir uma Pista de BMX, que há quatro anos se encontra parada, existem questões em Sangalhos que estão a ser deixadas ao acaso e as populações estão a perder nível de vida.-----

---- Relativamente à falta de entidades bancárias em Sangalhos, constatou que a única caixa multibanco que presentemente existe funciona junto à Igreja, no Passal, num local onde existia uma passadeira, mas que não se vê, e onde, de acordo com o Código da Estrada, deveria haver traço contínuo junto à mesma. Explicou que, com grande frequência, as pessoas, depois de utilizar a caixa multibanco, saem do estacionamento para entrar na estrada, no sentido norte, e passam nessa passadeira, estando, eventualmente, a infringir um traço contínuo que deveria existir. Assim, a Senhora Vereadora defendeu que a situação terá de ser resolvida, nomeadamente pintando a passadeira e os traços contínuos, de forma a evitar possíveis infrações ao Código da Estrada e multas que possam ser passadas aos utentes que, com maior frequência, têm de utilizar esse multibanco e esse estacionamento.-----

---- Por último, falou de um passeio que se encontra levantado, na entrada sul de Sangalhos, junto aos Congelados Moreira, constatando que a situação se arrasta há meses e que na altura tinha ficado com a sensação de que a mesma teria resultado da intervenção de uma operadora de telecomunicações. Não tendo sido repostos o passeio, e apresentando-se uma grande extensão com péssimo aspeto, que funciona como um horrível cartão de visita para quem entra na Freguesia, a Senhora Vereadora disse que gostaria de saber o que se passa relativamente à situação exposta.----

---- **SENHOR VEREADOR, DR. JOSÉ MANUEL FERREIRA NUNES RIBEIRO:**-----

---- Igualmente para apresentar algumas matérias no período de antes da ordem do dia, interveio o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro. Começando por falar do Posto de Vigia no Moinho do Pisco, uma obra que considera importante, sobretudo na prevenção de incêndios, constatou que o local e o posto está completamente desprotegido, pelo que defendeu que deveria ser criada uma estrutura de defesa, com um portão e uma vedação, para impedir que quem tenha menos boas intenções possa levar aquela instalação, que com facilidade se consegue desmontar.-----

---- Sobre o Marco Geodésico, porventura o único instalado no concelho de Anadia, transmitiu que não se encontra nas melhores condições e a necessitar de uma intervenção, tendo a sua parte superior, inclusive, sido derrubada aquando da construção do posto de vigia ali ao lado. Julgando tratar-se de uma competência que não é da Câmara Municipal, considerou, contudo, estar em questão um património que não deve ser desrespeitado, pelo que a Câmara Municipal deveria informar a Direção-Geral do Território, que gere a rede de marcos geodésicos, no sentido de dar alguma dignidade àquele Marco, salvaguardando, a terminar, que cabendo a responsabilidade à Câmara Municipal, deveria atuar diretamente.-----

---- Entretanto, aproveitou para dar nota de que existem vários pontos no concelho que não estão devidamente fiscalizados e cuidados, nomeadamente o estradão de ligação das localidades de Ferreirinhos e de Fontemanha, que se encontra com muita biomassa e sobras nas imediações. E, nessa conformidade, defendeu a necessidade de acautelar que quem faz negócio disso deva, no final, retirar a biomassa, porque se agora não constitui perigo, aproximando-se a próxima época de incêndios, encontrar-se-á ali biomassa para arder e para provocar situações menos boas. Assim, sugeriu que a Senhora Presidente da Câmara Municipal pudesse mandar averiguar o que se está a passar, que pudesse haver uma maior fiscalização, e, se for o caso, identificado o proprietário, ou quem fez o trabalho de retirada das árvores, e notificado no sentido de cumprir com as regras.-----

---- Deu também nota de que algumas valetas naquela zona, na estrada de ligação de Fontemanha ao Moinho do Pisco, se encontram por limpar, com imensa biomassa espalhada, constituindo, assim, perigo rodoviário. Como tal, defendeu a necessidade de agir, de mandar limpar e de averiguar todas as situações.-----

---- Passando a falar das obras que estão a decorrer em Mogofores, junto à rotunda que faz a interseção de várias estradas, nomeadamente a estrada nacional trezentos e trinta e três um (que liga Ancas a Amoreira da Gândara), a estrada principal de Mogofores e a estrada nacional trezentos e trinta e quatro, onde estão a ser construídos vários passeios nesses sentidos, o Senhor Vereador

disse que existe ali uma continuidade urbana até à entrada de São Mateus, com uma série de habitações, do lado esquerdo, cujos proprietários estão a tentar perceber se a construção dos passeios vai chegar ao limite dessa continuidade urbana. Constatando que no local existe, por um lado, uma grande desordem urbana, com cotas completamente diferentes, e por outro também não há limpeza, com falta de passeios e com as valetas num estado miserável, disse tentar perceber se apenas junto à rotunda serão construídos passeios, ou se as pessoas que vivem entre a rotunda e o restaurante "O Batista" vão ter tudo renovado, com uma lomba que lá existe pelo meio, mas também no sentido até São Mateus, na proximidade de todas as obras que estão a acontecer, se as pessoas vão ser contempladas.-----

---- A propósito de um estudo recentemente publicitado e promovido pela Universidade do Minho, sobre a presença na internet das Câmaras Municipais portuguesas dois mil e catorze, o Senhor Vereador transmitiu que, depois de analisar o estudo, ficou um pouco mal impressionado com a posição de Anadia, comparando os anos dois mil e treze e dois mil e catorze, este último o ano alvo do estudo. Destacando o critério de tipo e atualização, sublinhou tratar-se de uma matéria para a qual vem alertando, constatando que apenas trinta e seis Municípios se posicionam pior do que Anadia. Aproveitou, então, para reforçar o que vem salientando por diversas vezes, quanto à necessidade de atualização do site da Câmara Municipal, uma vez que o mesmo deve ser um instrumento de trabalho, concluindo, assim, que se aquilo que vinha dizendo poderia ser considerado mera retórica, o estudo vem dizer que há muito a fazer nessa matéria. Acrescentou que considera até um pouco vergonhoso para a Câmara Municipal ter essa posição no *ranking*, porque tem associada a WRC, que tem uma componente de informática e de tecnologia nesse âmbito, e que pode contratar para o efeito, e que em tempos chegou a ser para fazer a manutenção do site.-----

---- Suportando-se do período de intervenção ocorrido, o Senhor Vereador disse que seria importante, de futuro, publicitar os dias das reuniões públicas, adotando, por exemplo, o procedimento de algumas Câmaras Municipais, que têm afixado um Edital na entrada do edifício a publicitar os dias, durante o ano, das reuniões públicas, numa atitude clara de máxima transparência para que as pessoas possam participar e de tentar alguma proximidade entre os eleitos e os eleitores.-----

---- Apresentando o último tema, referiu que ocorreram duas reuniões do Executivo e a Senhora Presidente teve duas oportunidades para abordar o assunto, mas não o fez. Assim, transmitiu que lhe tinha sido dada nota, no dia anterior, de que, no início do mês, tinham estado seis agentes da Polícia Judiciária na Câmara Municipal, em vários pontos, tendo recolhido uma série de informação e analisado PC's. Revelou ter ficado consternado com a situação e chocar-lhe o facto de não ter havido, por parte da Senhora Presidente, nem de um membro do Executivo com responsabilidade, o cuidado de passar essa informação numa reunião do Executivo. A terminar, disse que agradecia tudo o que a Senhora Presidente pudesse dizer sobre a matéria.-----

---- **SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:**-----

---- Atentas as intervenções concretizadas no período de antes da ordem do dia, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por responder aos temas expostos pela Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra. Sobre o Centro de Investigação de Espumantes, esclareceu que não é da Estação Vitivinícola, mas um projeto que a maioria no Executivo pretende que seja encarado a nível nacional, e não local, pese embora o desejo de ser edificado e implantado em Anadia. Contudo, solicitou ao Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, para prestar os devidos esclarecimentos à Senhora Vereadora.-----

---- **SENHOR VEREADOR, ENGENHEIRO JORGE EDUARDO FERREIRA SAMPAIO:**-----

---- Para esclarecer a questão do Centro de Investigação de Espumantes, exposta pela Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, o Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, informou que o projeto está a andar, e bem, e é um projeto que foi apresentado pela Comissão Vitivinícola e pela Rota da Bairrada, e o concelho de Anadia entra nesse projeto pelo interesse de essas duas entidades para que o mesmo se centralize na Estação Vitivinícola. Nesse sentido, esclareceu existirem duas questões a distinguir. Por um lado, o funcionamento do Centro de Investigação, que já está a trabalhar, tendo inclusivamente aproveitado a vindima do presente ano para fazer alguns trabalhos através de uma bolseira, no âmbito do protocolo celebrado com o Biocant Park (Centro de Inovação em Biotecnologia), de Cantanhede. Aproveitou para informar que o Centro de Investigação faz parte de uma candidatura que a Comissão Vitivinícola da Bairrada apresentou à CCDR, e acrescentou que no próximo dia vinte e oito seria assinado, em Coimbra, o contrato de financiamento de uma candidatura de três milhões de euros, que a CCDR abriu para as Comissões Vitivinícolas da Região Centro. Deu, ainda, a conhecer que a verba já se encontra alocada ao projeto apresentado pela Bairrada para que possa arrancar, reforçando que a bolseira contratada está a trabalhar no Biocant e já fez um trabalho de recolha, durante as mais recentes vindimas, porque se não fosse já aproveitada e contratada iriam perder um ano de trabalho.-----

---- Quanto à outra questão, relacionada com o local onde ficará instalado o Centro de Investigação, o Senhor Vereador transmitiu que a decisão de todos os agentes da região foi unânime, para que o mesmo fique localizado em Anadia, na Estação Vitivinícola. Explicou, então, que a própria Comissão Vitivinícola, a Rota da Bairrada e a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia estão a desenvolver *démarches*, junto do Ministério da Agricultura e de outras entidades, no sentido de que o Centro de Investigação seja centralizado na Estação Vitivinícola. Ainda assim, disse que não estarão à espera disso, porque, caso tal não aconteça, tentarão encontrar, junto com a Câmara Municipal de Anadia, soluções alternativas para que o mesmo arranque e tenha um espaço físico para trabalhar. Concluindo, reforçou que avançaram com o projeto porque não podiam perder a última vindima e o financiamento que a CCDR disponibilizou, que se reveste de extrema importância, não só para o Centro de Investigação, como também para outras áreas de promoção da marca Bairrada, e que estão a desenvolver trabalho de investigação, em parceria com o Biocant, sublinhando, a finalizar, que o Centro de Investigação Nacional de Espumantes está a trabalhar e vai ser uma realidade.-----

---- SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:-----

---- Em complemento ainda ao tema do Centro de Investigação, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que o projeto resulta de um trabalho de parceria com a Rota da Bairrada, a Comissão Vitivinícola da Bairrada e o Biocant Park, sendo, desde o primeiro momento, a Câmara Municipal de Anadia a assumir politicamente a sua vontade em liderar o projeto, a par com os parceiros. Deu também a conhecer que o projeto foi discutido no âmbito da Rota da Bairrada e teve o consenso dos oito Presidentes de Câmara, que unanimemente apoiaram o projeto e entenderam por bem que tivesse a sua criação em Anadia, sendo, desde sempre, essencial a parceria com o Biocant. Acrescentou que o mesmo se encontra em fase de construção, pelo que, de forma alguma teria qualquer enquadramento identificá-lo nas GOP do Município para dois mil e dezassete, até porque não está prevista, no momento, qualquer construção. E, antecipou, o mesmo acontece relativamente à CIRA, na medida em que esse tipo de obra não tem qualquer participação por parte dos Fundos Comunitários, mas também não tem qualquer enquadramento, porque na área da cultura houve mapeamento e só os projetos classificados como monumentos nacionais foram apoiados.-----

---- A respeito das Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior, a Senhora Presidente recordou que a primeira tranche tem sido sempre paga no primeiro trimestre do ano letivo e sublinhou que o período de apresentação de candidaturas foi aberto e os alunos só depois das matrículas e de terminadas as fases sabem da sua colocação e do acesso, ou não, a outros apoios e a outras bolsas às quais possam concorrer. Recordou, ainda, que o período de apresentação de candidaturas terminou em trinta e um de outubro e aproveitou para informar que foram apresentadas cerca de sessenta candidaturas. Acrescentou que, concluída a análise das candidaturas, foi entretanto feita a seriação e elencados os candidatos admitidos e excluídos, e elaborada a lista de ordenação, acrescentando que, no momento, o processo se encontra na fase de audiência prévia dos interessados, finda a qual será apresentado a uma próxima reunião para deliberar sobre a atribuição.-----

---- Quanto à questão do Banco CTT, a Senhora Presidente da Câmara Municipal recordou que se Sangalhos ainda tem o posto de CTT deve-se à Junta de Freguesia, que abraçou a oportunidade para o manter no edifício da Junta de Freguesia. Revelou desconhecer a intenção de instalar outro posto de multibanco e se houve alguma abordagem à Junta de Freguesia de Sangalhos relativamente à questão dos postos multibanco, que reconhece serem um bem necessário para as populações, apesar de nada baratos e com regras muito apertadas, como pôde constatar pela recente instalação de um posto em Vila Nova de Monsarros, no Largo Júlio José de Almeida, no âmbito das obras de requalificação. Ainda assim, disse que iria transmitir à Junta de Freguesia para avaliar dessa possibilidade, sobretudo em Sangalhos, porque lamentavelmente o que se verifica em Anadia, e um pouco por todo o país, é o encerramento de um cada vez maior número de agências bancárias, com alguma redução até desses postos multibanco.-----

---- Relativamente ao Hospital da Misericórdia de Sangalhos, afirmou desconhecer qualquer intenção de encerramento até ao final do ano, acrescentando conhecer, sim, pelo contrário, da disponibilidade

que vem sendo manifestada na continuidade de alguns apoios que estão a conseguir e a contratualizar com outras entidades, nomeadamente sobre as questões da ADSE e seguros, para alargar o atendimento a outras áreas e as suas consultas de especialidade.-----

---- A respeito da sinalização junto a um posto multibanco, a Senhora Presidente reiterou que está a ser feito o levantamento para fazer a intervenção e correção de sinalização no concelho, e, no caso em concreto, também na estrada duzentos e trinta e cinco, uma via que foi desclassificada e que passou para o Município de Anadia.-----

---- Em relação ao último tema, sobre o levantamento do passeio na entrada sul de Sangalhos, a Senhora Presidente confirmou ter sido uma operadora que solicitou a intervenção, não deixando de reconhecer que o passeio também não se encontrava nas melhores condições. Mas, uma vez que a vala estava a ser aberta, adiantou que a Câmara Municipal tentou negociar a possibilidade de colocar tubagem para renovação de rede de água, sendo certo que a operadora ficou de fazer a reposição do passeio. Identificou tratar-se de uma situação que não está bem, e que carece de correção, adiantando ter já solicitado aos serviços técnicos para fazer a avaliação para proceder à correção na totalidade do passeio e para concluir, no troço que falta antes de chegar à Rua Narciso da Marça, a renovação de rede de distribuição de água. Não deixou de frisar, a concluir, a necessidade de apurar a responsabilidade com a entidade operadora e até de avaliar os custos para apresentar à mesma.---

---- **ALTERAÇÃO DE PRESENCAS - SENHOR VEREADOR, PROF. LITÉRIO AUGUSTO MARQUES:**-----

---- O Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, ausentou-se da reunião, quando eram doze horas e vinte e seis minutos, não tendo participado nas restantes deliberações.-----

---- Passando a responder às questões abordadas pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e pela mesma ordem de apresentação, a Senhora Presidente começou por referir, relativamente ao Posto de Vigia do Moinho do Pisco, que por muita prevenção que tenham, dada a localização do posto, e ao seu isolamento, nunca fica vedado a quem tenha outras tentações, que terá tempo e oportunidade para o fazer sem que alguém dê por isso. Aproveitou, contudo, para adiantar que é intenção da Câmara Municipal, e já foi abordado com os serviços técnicos, desmontar o primeiro lanço de escadas para evitar que alguém possa subir e possa utilizar a parte de cima.-----

---- Sobre o Marco Geodésico, a Senhora Presidente referiu que com o furto da estrutura que lá se encontrava antes, o Marco Geodésico ficou um pouco pendurado. Deu a conhecer que a Câmara Municipal comunicou às entidades a questão do roubo da estrutura do posto de vigia, e também do marco geodésico, não tendo havido qualquer intervenção das entidades, para ambas as ocorrências. Esclareceu, entretanto, que, na questão do marco geodésico, a intervenção da Câmara Municipal passou por endireitar o marco, não tendo ainda procedido à sua pintura. A finalizar, antecipou que retomaria o contacto que já tinha sido feito atrás e transmitiria às respetivas entidades, nomeadamente à GNR.-----

---- Quanto à questão das estradas danificadas, informou que algumas ainda iriam ficar mais danificadas com o inverno, com uma maior intervenção dos madeireiros a retirar o que resta da

floresta que ardeu. Não deixou de reconhecer que existem certos locais onde existe muita biomassa, que estão mais descuidados, admitindo, também, a dificuldade em sensibilizar os madeireiros. Em matéria de fiscalização, referiu que só sendo contínua, embora a Câmara Municipal tenha tido o cuidado de solicitar à GNR e à brigada do ambiente colaboração na fiscalização, o que também não é fácil pela falta de recursos, rematou. Contudo, sublinhou que não podem descurar qualquer questão. Aproveitou, ainda, para referir que as próprias centrais não têm capacidade para receber tanta biomassa, não só do território do Município de Anadia, como agora, também, dos concelhos vizinhos, mas adiantou que tem de ser encontrada alguma solução.-----

---- Acrescentou que a Câmara Municipal, com recursos próprios, e dentro do possível, tem apoiado a regularização de alguns caminhos florestais, mas não deixou de identificar a necessidade de promover algumas intervenções nos estradões que existem e de abrir outros caminhos, mediante a disponibilidade dos respetivos proprietários, porque a autarquia não pode aguardar o financiamento que possa surgir. A limpeza e regularização das estradas, antecipou, ainda, passa pela colocação dos aquedutos e limpeza das valetas, sublinhando, contudo, não ser a melhor altura do ano para o fazer, sobretudo onde estão mais visíveis, porque não é apenas a questão da retirada por parte dos madeireiros, mas das próprias árvores que existem e que com o vento acabam por sujar ainda mais os espaços.-----

---- Em oportunidade, referiu que estão em discussão pública vários diplomas, no que respeita à intervenção na floresta, pese embora nenhum identifique os apoios que possam ser dados aos produtores florestais, sejam os proprietários dos terrenos ou as pessoas que comercializam as madeiras. Explicou que esses diplomas têm basicamente a ver com a limitação das espécies, videovigilância, fiscalização, o que pode passar para as Câmaras, as exigências que podem surgir, coimas, e adiantou que os mesmos aguardam os contributos dos Municípios, encontrando-se, para o efeito, o técnico do Gabinete Florestal da Câmara Municipal a estudar a situação, assim como também no âmbito da CIRA, porque, concluiu, é obrigação da Câmara Municipal, numa matéria tão importante, dar esses contributos. A finalizar, referiu que os vários diplomas, a serem aprovados da forma que estão delineados, criarão regras muito apertadas, que serão muito mal entendidas por parte dos proprietários.-----

---- Continuando, e a propósito das obras a decorrer em Mogofores, a Senhora Presidente informou que a intervenção que foi adjudicada não chega às habitações que o Senhor Vereador mencionou. Explicou que essa primeira intervenção surgiu pela necessidade de criar condições de segurança, sobretudo para os alunos de Mogofores e do Outeiro, que se deslocam para a paragem de autocarro que será instalada em frente ao restaurante "O Batista", e que foi trabalhada com a Transdev para apoiar esses alunos. Contudo, revelou que tem noção da necessidade de haver esse prolongamento.---

---- Quanto à questão da falta de alinhamento que existe no local, recordou que aquela estrada era nacional e não cabia à Câmara Municipal a responsabilidade de dar os alinhamentos, existindo, portanto, regras de alinhamentos completamente diferentes. Hoje, acrescentou, a estrada está na esfera do Município de Anadia e os alinhamentos estão definidos de outra forma, admitindo, ainda,

que existe muito a fazer no local, mas tudo tem um princípio e terão de trabalhar de uma forma cuidada e enquadrada. A terminar, transmitiu que reconhecem essa necessidade, mas sublinhou que logicamente as intervenções terão de ser faseadas, e com o devido cuidado, antecipando que a intervenção adjudicada não se alongará para São Mateus.-----

---- Sobre a questão do Estudo promovido pela Universidade do Minho, a Senhora Presidente disse que respeita e que cada um faz as suas abordagens e análise. Revelou desconhecer o Estudo, ou a forma como foi elaborado, mas referiu, a título de exemplo, que muito recentemente, no índice de transparência municipal, aconselhavam que no *site* da Câmara Municipal também estivessem registados todas as contratações. Ora, se a informação já é disponibilizada numa plataforma que faz esse registo, nomeadamente ao nível da contratação pública, concluiu não fazer sentido repeti-la no sítio da Câmara Municipal na internet. Aproveitou para esclarecer, relativamente ao comentário sobre a WRC, que esta, enquanto entidade, tem o seu papel, mas adiantou que a responsabilidade da informação e dos conteúdos da página cabe à Câmara Municipal e não à WRC, embora a página esteja instalada nos servidores.-----

---- Em resposta à sugestão de publicitar os dias das reuniões públicas, a Senhora Presidente da Câmara Municipal recordou que essa informação já se encontra disponibilizada no *site*, de acordo com a deliberação tomada na primeira reunião do Executivo, acrescentando que na circunstância de haver qualquer alteração à data previamente determinada para as reuniões públicas, é publicitado um edital e dado conhecimento às Juntas de Freguesia. Quanto à possibilidade de essa informação ser disponibilizada no *hall* do edifício dos Paços do Concelho, disse que poderia recomendar aos serviços para que seja melhor identificada, mas não deixou de referir que todas as pessoas que se dirigem à Câmara Municipal e solicitam essa informação sabem que as reuniões se realizam às segundas e quartas quartas feiras de cada mês.-----

---- Por fim, e sobre a visita da Polícia Judiciária, a Senhora Presidente da Câmara Municipal confirmou a visita de alguns elementos, que pediram para falar consigo e para falar, também, com outros serviços, nomeadamente com a parte de expediente geral, tendo sido acompanhados pelo Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio. Deu a conhecer que traziam um mandado de busca e disse que mais não poderia acrescentar, pelo facto de assunto estar em segredo de justiça. Disse, ainda, que se fosse algo muito especial teria partilhado com todos os Senhores Vereadores, mas antecipou que não houve motivo de alarme, porque foi mais o aparato do que outra coisa. Reforçou, a concluir, nada mais poder dizer, porque foi feita a recomendação a cada um dos elementos que estiveram presentes, que acompanharam e que assistiram à assinatura do auto final, quanto ao segredo de justiça, mas assegurou que se houvesse algo teria dado conhecimento.-----

ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA

---- **ASSUNTOS PARA RESOLUÇÃO:**-----

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:**-----

---- **1. "REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE AO PAVILHÃO MUNICIPAL"**

- PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE PROJETO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO, CADERNO DE ENCARGOS, AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta subscrita pela própria, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- O Município de Anadia levou recentemente a efeito obras de reabilitação e beneficiação do edifício do Pavilhão Municipal, quer no exterior, quer no interior.-----

---- Contudo, os acessos e toda a zona envolvente ao Pavilhão Municipal de Anadia apresentam-se em mau estado de conservação, denotando alguma falta de cuidado, o que, face à localização, próximo do centro da cidade de Anadia, passa uma má imagem do espaço.-----

---- Por forma a colmatar tal situação, e na sequência das obras de conservação do edifício, torna-se fundamental intervir no espaço envolvente ao pavilhão, conferindo a todo este uma dignidade e brio que já se mostra diminuto.-----

---- Assim, e-----

---- Atenta a informação prestada pelo Chefe de Divisão, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme, que dá conta da conclusão do projeto de execução de obras de requalificação do espaço público envolvente ao Pavilhão Municipal de Anadia, uma intervenção que se revela essencial para dotar aquele espaço de melhor qualidade para a vida urbana na cidade de Anadia;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe a aprovação do Projeto para realização da empreitada designada por "Requalificação do Espaço Público Envolvente ao Pavilhão Municipal", e dos respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, com um prazo de execução de três (03) meses e um valor base de cento e cinco mil, seiscentos e quinze euros e cinquenta e nove cêntimos (€ 105.615,59), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

---- Propõe, igualmente, a abertura de Concurso Público, a autorização de despesa e a designação dos seguintes elementos que farão parte do Júri do Procedimento por Concurso Público:-----

---- - Presidente: Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme;-----

---- - Vogais: Técnico Superior, Engenheiro Rui Miguel dos Santos Terrível, e Assistente Técnica, Maria Gabriela Marques Ferreira Santos Alves;-----

---- - Suplentes: Técnica Superior, Arquiteta Sílvia Isabel Branquinho Gomes, e Assistente Técnica, Aida Maria Gomes Parreira Fernandes.-----

---- Apreciado o assunto, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço administrativo de empreitadas de obras públicas e planeamento para promover o respetivo procedimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 2. "REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA ENGENHEIRO CANCELA DE ABREU E DA RUA DOS OLIVAIS, EM ANADIA" - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE PROJETO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO, CADERNO DE ENCARGOS, AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta subscrita pela própria, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Considerado o atual estado do pavimento da Rua dos Olivais, na cidade de Anadia, bem como as fracas condições de pedonalidade, conjugado com a falta de rede de drenagem de águas pluviais nesta via;-----

---- Considerando que atualmente a Avenida Engenheiro Cancela de Abreu, também na cidade de Anadia, apresenta os passeios bastante degradados, e com pouca dimensão para suportar as árvores existentes, associados à falta de organização de estacionamento;-----

---- Considerando que a rede de abastecimento de água nas vias em referência se encontra bastante debilitada, verificando-se constantes roturas de água, acrescido do facto de que toda a rede e ramais ainda se encontra em fibrocimento;-----

---- Considerando, ainda, que as sobreditas vias constituem um importante acesso à cidade de Anadia e que atualmente não apresentam um carácter urbano e organizado condizente com o tecido citadino envolvente;-----

---- Atento o exposto pelo Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme, quanto à pertinência de uma intervenção nos arruamentos mencionados, no sentido de melhorar a mobilidade de todos os utilizadores;-----

---- Atenta, ainda, a mencionada informação, que dá conta da elaboração de um projeto que visa a requalificação urbana da Avenida Engenheiro Cancela de Abreu e da Rua dos Olivais, na cidade de Anadia, o qual se encontra anexo à sua informação, e submetendo à consideração superior a abertura de um procedimento através de concurso público para a execução da empreitada;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe a aprovação do Projeto para realização da empreitada designada por "Requalificação Urbana da Avenida Engenheiro Cancela de Abreu e da Rua dos Olivais, em Anadia", e dos respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, com um prazo de execução de quatro (04) meses e um valor base de trezentos e vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos (€ 324.682,42), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

---- Propõe, igualmente, a abertura de Concurso Público, a autorização de despesa e a designação dos seguintes elementos que farão parte do Júri do Procedimento por Concurso Público:-----

---- - Presidente: Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, Engenheiro

Carlos Alberto Pereira Cosme;-----

---- - Vogais: Técnico Superior, Engenheiro Rui Miguel dos Santos Terrível, e Assistente Técnica, Maria Gabriela Marques Ferreira Santos Alves;-----

---- - Suplentes: Técnica Superior, Arquiteta Sílvia Isabel Branquinho Gomes, e Assistente Técnica, Aida Maria Gomes Parreira Fernandes.-----

---- Apreciado o assunto, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço administrativo de empreitadas de obras públicas e planeamento para promover o respetivo procedimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **3. PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO NO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL DE ANADIA AO NÚCLEO DE ANADIA DA FRATERNIDADE NUNO ÁLVARES:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta de cedência de espaço no Edifício do Mercado Municipal de Anadia ao Núcleo de Anadia da Fraternidade Nuno Álvares, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- O Município dispõe de atribuições nos domínios do património, cultura e ciência e dos tempos livres e desporto, previstas, respetivamente, nas alíneas e) e f), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, Lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.-----

---- A Câmara Municipal de Anadia é um órgão executivo da pessoa coletiva de âmbito territorial designada por Município, que tem por missão um leque alargado de atribuições e competências, destinada à prossecução do interesse público e empenhada, em cooperação com as demais entidades públicas competentes, no desenvolvimento sustentado do concelho, mormente no domínio de acesso de todos à cultura.-----

---- A citada legislação, ao estabelecer o quadro específico de competências dos órgãos das autarquias locais, determina, na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, na sua redação atual, que à Câmara Municipal compete "...apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças".-----

---- A Fraternidade Nuno Álvares é uma Associação privada de fiéis que goza de personalidade jurídica, de âmbito Nacional, sem fins lucrativos, que se rege pelos Estatutos e pelas normas

canônicas vigentes, constituída por antigos filiados do Corpo Nacional de Escutas (CNE) - Escutismo Católico Português, que deixaram o ativo nesta Associação, ou qualquer outra associação que lhe venha a suceder.-----

---- A FNA tem por missão desenvolver junto dos seus associados a prática de Escutismo Adulto, à luz da Lei e dos Princípios do Escutismo Católico; manter vivo o ideal escutista, na vivência da Fé e do Humanismo Cristão, no serviço voluntário ao próximo, bem como na proteção da Natureza e do meio Ambiente; promover a amizade escutista universal.-----

---- Desde novembro de dois mil e doze, data da fundação e da apresentação à comunidade do Núcleo de Anadia da FNA, que este vem procurando um local, na cidade de Anadia, para instalar a sua sede, por forma a poder realizar as suas reuniões, preparar as suas atividades, desenvolver as suas ações de formação e receber quem o visita.-----

---- Deste modo, e considerando que as instituições que se dedicam ao associativismo cultural e social são constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, e desempenham uma ação crucial junto das populações, não só pela diversidade e especificidade das respostas que disponibilizam, mas, sobretudo, por proporcionar ao cidadão comum a possibilidade de, voluntariamente, assumir um papel ativo, criativo e socialmente comprometido com a sua comunidade;-----

---- Considerando que o Núcleo de Anadia da FNA tem participado em iniciativas promovidas pela Câmara Municipal, destacando-se a ação de limpeza do Parque da Curia e o apoio aos incêndios florestais do passado mês de agosto;-----

---- Considerando que no Edifício do Mercado Municipal de Anadia existem frações disponíveis com condições para serem utilizadas para o fim pretendido pelo Núcleo de Anadia da FNA;-----

---- Considerado o pedido apresentado pelo Núcleo de Anadia da FNA, para cedência de um espaço com vista à instalação da sua sede;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe, assim, a cedência, por parte do Município de Anadia, da fração identificada com a letra "Q" em planta anexa, sita no piso superior (gabinete cinco) do Edifício do Mercado Municipal de Anadia, destinada à instalação da sede da Fraternidade Nuno Álvares.-----

---- Propõe, ainda, que a cedência do espaço acima identificado seja formalizada através da celebração de um protocolo, entre as partes, a produzir pela Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social.-----

---- Apreciado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para produzir o respetivo protocolo.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 4. BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE PARA RECOLHA DE ALIMENTOS:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado pelo Banco Alimentar Contra a Fome, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- A coordenadora do Banco Alimentar Contra a Fome solicita a colaboração da Câmara Municipal na disponibilização de transporte para as instalações do Banco Alimentar em Aveiro, no âmbito da recolha de alimentos a realizar nos dias três e quatro de dezembro próximo.-----

---- Apreciado o pedido, o Executivo deliberou, por unanimidade, apoiar o Banco Alimentar Contra a Fome no transporte dos alimentos recolhidos na campanha a promover nos dias três e quatro de dezembro.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 5. FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO - PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO TROFÉU INTERNACIONAL DE PISTA PROFESSOR LITÉRIO MARQUES:---

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado pela Federação Portuguesa de Ciclismo, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- O Presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo solicita a colaboração da Câmara Municipal para realização do Troféu Internacional de Pista Professor Litério Marques, nos próximos dias dezasseis, dezassete e dezoito de dezembro, no Velódromo Nacional. A colaboração solicitada passa por custear as seguintes rubricas: cedência do Velódromo; estadia no Velódromo para o pessoal da organização; flores para as cerimónias protocolares; Bombeiros (duas ambulâncias); segurança no Velódromo; fotocopiadora; mesas; cadeiras; barreiras e autorização para a Estalagem de Sangalhos fornecer as refeições no Velódromo.-----

---- Atento o pedido apresentado, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe a colaboração solicitada, sendo que as instalações dispõem de mesas, de cadeiras e de barreiras. Quanto à rubrica respeitante aos Bombeiros, sugeriu que fosse feita a recomendação à Federação Portuguesa de Ciclismo no sentido de apresentar o pedido diretamente aos Bombeiros Voluntários de Anadia.-----

---- Apreciado o pedido, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para operacionalizar a colaboração ora determinada.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro.-----

---- No período de apreciação da proposta, interveio o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, para agradecer à Senhora Presidente da Câmara Municipal a informação entretanto distribuída, que se encontrava em falta quando analisou o *dossier*, nomeadamente a parte orçamental, para ter uma boa decisão. Entretanto, expressou a sua disponibilidade para apoiar o evento, todavia disse não se encontrar esclarecida a questão relativa ao fornecimento, por parte da Estalagem de Sangalhos, das refeições no Velódromo, nomeadamente quem comporta esse custo. Uma vez suscitada essa questão, e tratando-se de uma componente que irá suplantar qualquer uma das outras, esclareceu ter solicitado um orçamento detalhado para terem a melhor decisão possível. Ainda assim, disse que a questão prendia-se, entretanto, por saber qual a proposta da Senhora Presidente para, se for o caso, poderem aderir à mesma.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal explicou que a sua proposta ia no sentido de apoiar a Federação na realização da prova, nas condições mencionadas, sendo que as instalações dispõem de mesas, cadeiras e barreiras. Aproveitou para referir que por ocasião de provas que aconteçam no Velódromo, quer nacionais, quer internacionais, nunca foi cobrado qualquer custo, e acrescentou que, no presente mandato, foi determinado que as despesas inerentes às refeições ficassem fora da responsabilidade do Município de Anadia, com exceção de estágios internacionais, de todo o interesse para o Município e para o Velódromo, em que as seleções só aceitam realizar o estágio na condição de ser disponibilizado o pacote completo, com refeições incluídas. E só nessa circunstância o Município adjudica refeições, para completar o pacote, mediante o pagamento, por parte dessas seleções, dos valores que lhes são devidos, situação, aliás, que se encontra prevista na tabela de preços, rematou.-----

---- Quanto à rubrica respeitante aos Bombeiros, a Senhora Presidente disse que seria feita a recomendação à Federação Portuguesa de Ciclismo, no sentido de apresentar o pedido diretamente aos Bombeiros Voluntários de Anadia, porque os Bombeiros, por vezes, não têm capacidade de resposta e há necessidade de recorrer a outras corporações, cabendo-lhes estabelecer esse contacto.-----

---- **6. CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO Ó DE AGUIM - PEDIDO DE ALCATROAMENTO DO ESPAÇO ENVOLVENTE AO NOVO PAVILHÃO:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado pelo Centro Social Nossa Senhora do Ó de Aguim, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- No seguimento da comunicação remetida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro, a transmitir o pedido apresentado pelo Centro Social Nossa Senhora do Ó de Aguim, o Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme, informa que a instituição pretende alcatroar o espaço envolvente ao novo pavilhão, com uma área aproximada de mil seiscientos e trinta

e quatro metros quadrados. Dá igualmente conta das soluções para a eventual colaboração a prestar, concluindo que a modalidade de realização do trabalho economicamente mais vantajosa para a Câmara Municipal é a realização de uma empreitada, uma vez que, para além de ser mais barata no preço do material (betuminoso e rega de colagem), ainda tem a vantagem de não serem necessários gastos em aplicação.-----

---- Atento o pedido apresentado, a Senhora Presidente propõe a colaboração da Câmara Municipal, que passa por assumir a empreitada, conforme sugerido na informação técnica prestada, mediante celebração de protocolo de colaboração.-----

---- Apreciado o pedido, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento para operacionalizar a colaboração ora determinada e produzir o respetivo protocolo.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL:**-----

---- **SERVIÇOS DE PATRIMÓNIO:**-----

---- **1. ALIENAÇÃO DE TRÊS LOTES DE SUCATA - ATA DA PRAÇA:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para homologação, a ata da praça da Hasta Pública, realizada no dia dez de novembro de dois mil e dezasseis, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- A referida Hasta Pública teve por objeto a alienação de sucata, constituída por três lotes: Lote um - viaturas; Lote dois - máquinas; e Lote três - contentores metálicos e sucata diversa.-----

---- O lote número um é constituído pelas seguintes viaturas: DAF 2817 DKA (PI-23-79) - 1211; DAF 2817 DKA (PI-43-62) - 1212; DAF 2817 DKA (PI-43-63) - 1213; Cisterna 5000 Lt (C-28981) - 1407; Casal K601 (60-FM-69) - 1513 (desmantelada); e Toyota Corola (SP-41-08) - 1116, com um valor base de quatro mil euros (€ 4.000,00).-----

---- O lote número dois é constituído pelas seguintes máquinas: Retroescavadora Case 580 SLE - 2212 (desmantelada); Pavimentadora Demag DF 110C 6302; Rebarbadora Stayer 2200W - 9508 (desmantelada); Rebarbadora Bosh - GWS 24-230 JBX 2400W - 9815 (desmantelada); Rebarbadora Bosh - GWS 24-230 JBX 2400W - 9816 (desmantelada); Minicarregadora Daewo DSL 802 - 3405; Corta Sebes Kawasaki TG 18 - 9119; e Pavimentadora OLM Perfect - 6303, com um valor base de nove mil e seiscentos euros (€ 9.600,00).-----

---- O lote número três é constituído por contentores metálicos e sucata diversa: cento e setenta e cinco (175) Contentores metálicos - RSU; e Sucata diversa e mil e setecentos (1700) contadores de água, com um valor base de dois mil euros (€ 2.000,00).-----

---- Da referida hasta pública resultou a arrematação do lote número um (viaturas) à empresa "Peralta & Coutinho, S.A.", pelo valor de quatro mil e duzentos euros (€ 4.200,00), e a arrematação do lote número três (contentores metálicos e sucata diversa) à empresa "Sucatas Moutinho & Filhos, Lda.", pelo valor de dois mil e quatrocentos euros (€ 2.400,00).-----

---- Relativamente ao lote número dois (máquinas), e depois de efetuados os pregões de estilo, não houve qualquer interessado na sua licitação.-----

---- Analisada a ata da praça da sobredita Hasta Pública, o Executivo deliberou, por unanimidade, homologar a mesma.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação aos serviços de património e ao serviço de notariado para conhecimento e devidos efeitos.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, CULTURAL E SOCIAL:**-----

---- **SERVIÇO CULTURAL E SOCIAL:**-----

---- **1. CENTÉSIMA SÉTIMA CANDIDATURA AO FUNDO SOCIAL MUNICIPAL POR UMA CAUSA SOCIAL APRESENTADA POR MARIA LUCÍLIA DE JESUS OLIVEIRA E MELO - REAVALIAÇÃO:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a informação prestada pela Técnica Superior de Sociologia, Dr.ª Dora Gomes, no âmbito da reavaliação (de acordo com o previsto no Artigo Sétimo (7.º) do Regulamento do Fundo Social) efetuada à centésima sétima candidatura ao Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, apresentada por Maria Lucília de Jesus Oliveira e Melo, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Atenta a informação prestada pela Técnica, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, prestar apoio à candidatura apresentada por Maria Lucília de Jesus Oliveira e Melo, por mais seis meses, mediante a atribuição de uma verba mensal de cinquenta euros (€ 50,00), com início no mês imediatamente seguinte ao correspondente à atribuição da última verba, de acordo com o Artigo Décimo Primeiro (11.º) do Regulamento do Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, a qual será objeto de reavaliação semestral, em cumprimento do Artigo Oitavo (8.º) do mesmo Regulamento.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma e à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 2. CENTÉSIMA VIGÉSIMA CANDIDATURA AO FUNDO SOCIAL MUNICIPAL POR UMA CAUSA SOCIAL APRESENTADA POR MARIA MANUELA DE ALMEIDA MORAIS:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a centésima vigésima candidatura ao Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, apresentada por Maria Manuela de Almeida Morais, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- A centésima vigésima candidatura ao Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, apresentada por Maria Manuela de Almeida Morais, é acompanhada da informação social, prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão, e de todos os documentos necessários à instrução do respetivo processo de candidatura.-----

---- Atenta a informação prestada pela Técnica, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, prestar apoio à candidatura apresentada por Maria Manuela de Almeida Morais, mediante a atribuição de uma verba mensal de cinquenta euros (€ 50,00), com início no mês de novembro em curso, de acordo com o Artigo Décimo Primeiro (11.º) do Regulamento do Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, a qual será objeto de reavaliação semestral, em cumprimento do Artigo Oitavo (8.º) do mesmo Regulamento.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma e à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 3. CENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA CANDIDATURA AO FUNDO SOCIAL MUNICIPAL POR UMA CAUSA SOCIAL APRESENTADA POR SANDRA ISABEL DE JESUS MARTINS DA SILVA:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a centésima vigésima terceira candidatura ao Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, apresentada por Sandra Isabel de Jesus Martins da Silva, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- A centésima vigésima terceira candidatura ao Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, apresentada por Sandra Isabel de Jesus Martins da Silva, é acompanhada da informação social, prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão, e de todos os documentos necessários à instrução do respetivo processo de candidatura.-----

---- Atenta a informação prestada pela Técnica, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, prestar apoio à candidatura apresentada por Sandra Isabel de Jesus Martins da Silva, mediante a atribuição de uma verba mensal de cinquenta euros (€ 50,00), com início no mês de

novembro em curso, de acordo com o Artigo Décimo Primeiro (11.º) do Regulamento do Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, a qual será objeto de reavaliação semestral, em cumprimento do Artigo Oitavo (8.º) do mesmo Regulamento.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma e à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 4. CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA CANDIDATURA AO FUNDO SOCIAL MUNICIPAL POR UMA CAUSA SOCIAL APRESENTADA POR ARLETE FÁTIMA LADEIRA MENDES:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a centésima vigésima quinta candidatura ao Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, apresentada por Arlete Fátima Ladeira Mendes, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- A centésima vigésima quinta candidatura ao Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, apresentada por Arlete Fátima Ladeira Mendes, é acompanhada da informação social, prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão, e de todos os documentos necessários à instrução do respetivo processo de candidatura.-----

---- Atenta a informação prestada pela Técnica, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, prestar apoio à candidatura apresentada por Arlete Fátima Ladeira Mendes, mediante a atribuição de uma verba mensal de cinquenta euros (€ 50,00), com início no mês de novembro em curso, de acordo com o Artigo Décimo Primeiro (11.º) do Regulamento do Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, a qual será objeto de reavaliação semestral, em cumprimento do Artigo Oitavo (8.º) do mesmo Regulamento.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma e à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 5. ZÉLIA MARIA JESUS DO ROSÁRIO - PEDIDO DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO NA SUA HABITAÇÃO, SITA NA RUA PRINCIPAL, NO LUGAR DE LEVIRA, FREGUESIA DE SÃO LOURENÇO DO BAIRRO:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por Zélia Maria Jesus do Rosário, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma-

---- O pedido de apoio apresentado por Zélia Maria Jesus do Rosário, para realização de obras de melhoramento na sua habitação, sita na Rua Principal, no lugar de Levira, freguesia de São Lourenço do Bairro, é acompanhado da informação social, prestada pela Técnica Superior de Sociologia, Dr.ª Dora Gomes, e de todos os documentos necessários à instrução do respetivo processo. Resultado da avaliação efetuada à situação socioeconómica da requerente, a Técnica considera que o pedido apresentado poderá ser enquadrável para possível apoio, de acordo com o *Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos na Construção, Recuperação e Ampliação das suas Habitações*, promovido pela Câmara Municipal de Anadia, nomeadamente no Artigo Quinto (*Tipos de Apoio*); Ponto Um (*Apoios Económicos*), alínea um ponto um: "Para apoio à melhoria do alojamento através da concessão de materiais para obras de beneficiação e pequenas reparações, sempre que as habitações tenham comprometidas as condições mínimas de habitabilidade", e no Artigo Oitavo (*Da participação no domínio da ação social*); Ponto Dois (*Prestação de serviços*): "A Câmara Municipal de Anadia decide os meios mais adequados de participação de outros apoios, mediante a análise da situação económica/social dos indivíduos e agregados familiares."-----

---- Feita uma breve análise do assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, remeter o processo aos serviços técnicos da Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento para promover a avaliação da situação e devida quantificação e orçamentação, para posterior apreciação.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 6. MARIA DORA JESUS SILVA - PEDIDO DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO DE UM ALPENDRE ANEXO À SUA HABITAÇÃO, SITA NA RUA PRINCIPAL, NO LUGAR DE PÓVOA DO SALGUEIRO, FREGUESIA DE SANGALHOS:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por Maria Dora Jesus Silva, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- O pedido de apoio apresentado por Maria Dora Jesus Silva, para realização de obras de melhoramento de um alpendre anexo à sua habitação, sita na Rua Principal, no lugar de Póvoa do Salgueiro, freguesia de Sangalhos, é acompanhado da informação social, prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão, e de todos os documentos necessários à instrução do respetivo processo. Resultado da análise efetuada à situação do agregado familiar da requerente, e de acordo com o que foi observado em visita domiciliária conjunta do serviço de ação social e dos serviços técnicos da Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, os Técnicos consideram que o pedido apresentado poderá ser enquadrável para possível apoio, tendo em conta o *Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos na Construção, Recuperação e Ampliação das suas Habitações*, promovido pela Câmara Municipal de Anadia, nomeadamente no Artigo Quinto (*Tipos de Apoio*); Ponto Um (*Apoios Económicos*), alínea um ponto um: "Para apoio à melhoria do alojamento através da concessão de materiais para obras de beneficiação e pequenas reparações,

sempre que as habitações tenham comprometidas as condições mínimas de habitabilidade", por entenderem necessária uma intervenção, a qual passaria pela demolição do alpendre.-----

---- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, prestar apoio à munícipe, determinando a execução dos trabalhos necessários à retirada do alpendre.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação aos serviços técnicos da Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento para desenvolver o procedimento necessário com vista à execução dos trabalhos ora determinada.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

*---- Relativamente ao assunto, pronunciou-se o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, começando por se declarar favorável a apoiar a munícipe porque a situação é evidente. Contudo, não deixou de dar nota de um desfasamento temporal muito grande entre a data de entrada do requerimento e a data da informação, válido para o presente e para os dois pontos seguintes, o qual, em sua opinião, tem de ser de algum modo agilizado. Transmitiu, também, que se encontram em falta, nos três pontos, orçamentos, para perceber quanto a Câmara Municipal vai gastar, uma vez que, no caso em concreto, vai fazer a intervenção por administração direta, concluindo, assim, que outros casos foram apresentados com *dossiers* completos. Acrescentou faltar, também, nos três casos, uma informação da Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, que por norma aparece. Por forma a que os processos não demorem tanto, aproveitou a oportunidade para sugerir que a partir do momento que seja apresentado o requerimento e que esteja a ser feita a avaliação do agregado familiar, verificando-se a possibilidade de enquadramento para apoio, que a Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento se possa pronunciar para que o processo seja mais célere e para que possam ter processos completos.-----*

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, reconhecendo alguma razão ao Senhor Vereador, não deixou de referir que há sempre muita dificuldade em obter informações, sendo o processo em apreciação um desses casos, que se revelam necessárias para o Executivo ajuizar da melhor maneira o apoio. Referiu, portanto, que as pessoas também têm de agilizar a informação que lhes é solicitada, que, apesar de não gostarem, é necessário. A terminar, adiantou que a sua proposta ia no sentido de retirar o alpendre, não construindo outro, até porque a munícipe não precisa do alpendre e existe um incómodo causado a terceiros.-----

---- 7. DULCÍNEA OLIVEIRA DA CRUZ - PEDIDO DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DA SUA HABITAÇÃO, SITA NA RUA DAS DÁLIAS, NO LUGAR DE HORTA, FREGUESIA DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TAMENGOS, AGUIM E ÓIS DO BAIRRO:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por Dulcínea Oliveira da Cruz, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- O pedido de apoio apresentado por Dulcínea Oliveira da Cruz, para realização de obras de melhoramento das condições da sua habitação, sita na Rua das Dálias, no lugar de Horta, freguesia de União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro, é acompanhado da informação social, prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão, e de todos os documentos necessários à instrução do respetivo processo. Resultado da análise efetuada à situação do agregado familiar da requerente, e de acordo com o que foi observado em visita domiciliária conjunta do serviço de ação social e dos serviços técnicos da Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, os Técnicos consideram que o pedido apresentado poderá ser enquadrável para possível apoio, do ponto de vista socioeconómico e tendo em conta o *Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos na Construção, Recuperação e Ampliação das suas Habitações*, promovido pela Câmara Municipal de Anadia, nomeadamente no Artigo Quinto (*Tipos de Apoios*); Ponto Um (*Apoios Económicos*), alínea um ponto um: "Para apoio à melhoria do alojamento através da concessão de materiais para obras de beneficiação e pequenas reparações, sempre que as habitações tenham comprometidas as condições mínimas de habitabilidade", por entenderem necessária uma intervenção, no sentido de melhorar as condições de habitabilidade da requerente.-----

---- Feita uma breve análise do assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, remeter o processo aos serviços técnicos da Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento para promover a avaliação da situação e devida quantificação e orçamentação, para posterior apreciação.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- DESPACHOS E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL:-----

---- 1. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE ANADIA - PRIMEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento, o relatório remetido pelo Auditor Externo, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- Para cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), o Auditor Externo remete o relatório sobre a situação económica e financeira do Município de Anadia, com referência a trinta de junho de dois mil e dezasseis.-----

---- O Executivo tomou conhecimento do relatório remetido pelo Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município de Anadia, com referência a trinta de junho de dois mil e dezasseis.-----

---- Sobre o assunto, interveio o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, para apresentar ligeiros contributos de análise. Começou por transmitir que, daquilo que é possível verificar e analisar, os indicadores e os rácios são positivos. Todavia, disse que não poderia deixar

de constatar que os auditores referem que a análise está condicionada, situação que disse ter a ver com o princípio da especialização dos exercícios, explicando haver questões que não estão a ser especializadas, nomeadamente as amortizações e os subsídios ao investimento. Reconhecendo que atualmente o POCAL não permite que tal procedimento seja feito, constituindo, logo à partida, uma grande condicionante, porém, referiu ser possível, por previsão, fazer uma série de cálculos, que permite que essa crítica ao não cumprimento do princípio da especialização acabe por ser mitigada.--

---- A segunda questão tem a ver com a reserva constante da última certificação legal de contas, em que os auditores voltam a falar de uma limitação no âmbito, porque não se encontra ainda contabilizada no património do Município a valorização das infraestruturas de água e de saneamento. Disse, então, esperar que, quando estiverem a analisar as contas do ano dois mil e dezasseis, essa reserva desapareça da certificação legal de contas, até porque vem desde dois mil e treze. Aceitando tratar-se de um processo que não é fácil, até por estarem a trabalhar com várias *nuanças*, o Senhor Vereador defendeu que o problema poderia ser resolvido, caso existisse cadastro. Aproveitou para dar nota de que existem apoios do Portugal 2020 para aquela matéria, mas que lhe parece que de dois mil e treze até à presente data não é um bom sinal, pelo que, se não puderem fazer o ideal, pelo menos, fazem um esforço muito grande no sentido de resolver essa questão e fazer parte do património do Município de Anadia.-----

---- Outra questão que disse pretender levantar prende-se com o facto de a avaliação intercalar em apreciação ter ignorado uma entidade participada pelo Município de Anadia, a WRC, não existindo qualquer menção, ou qualquer avaliação relativamente à WRC e à participação da Câmara Municipal nessa entidade. Aproveitou para recordar que a WRC, fruto da participação que o Município detém, acaba por entrar na esfera da consolidação de contas do Município de Anadia, pelo que antecipou que, em sua opinião, deveria existir, também, alguma matéria de análise relativamente à WRC. Nesse sentido, revelou que lhe parece existir uma falha na elaboração do relatório do auditor.-----

---- Outra situação que disse também não compreender, e uma vez que as auditorias se debruçam sempre no que são os pontos críticos de qualquer governação, é o facto de os auditores não terem salientado a questão da dívida de água. Afirmou, assim, não perceber como, num processo de auditoria, nem que seja intercalar, essa matéria não consta do relatório, nem que seja num pequeno parágrafo. Concluiu, então, que, em sua opinião, seria necessário dar uma nota e fazer chegar que o trabalho tem de ser mais profundo, melhor elaborado e mais útil para quem depois o vai analisar, se a Senhora Presidente por bem entender, declarando, a rematar, que o relatório apresentado e em apreciação fica um pouco aquém dos que tem avaliado em outros municípios.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que faria chegar essa informação ao auditor externo. Referiu, entretanto, que tratando-se de informação semestral das contas do Município, não dispunham de informação relativa às contas da WRC para fazer a avaliação mencionada pelo Senhor Vereador, sendo certo que a WRC tem o seu ROC e as suas contas também são certificadas-----

---- Quanto à questão do cadastro, a Senhora Presidente reconheceu tratar-se de uma questão

importante e disse que a Câmara Municipal tem pessoas com formação para trabalhar na área de SIG, e com conhecimento para a introdução da necessária informação. Porém, recordou que os serviços estão praticamente a partir do zero, pelo que ainda demora algum tempo a atingir um patamar um pouco acima do que seria desejável e não é possível trabalhar tudo em simultâneo. Não deixou de referir que o processo é caro, mas necessário, garantindo, contudo, que até ao final do ano será entregue a uma empresa exterior, porque a Câmara Municipal terá muito mais a ganhar, independentemente do custo que essa prestação de serviços possa vir a ter. Sublinhou, ainda, tratar-se de um trabalho que tem de ser colocado no papel, que tem de ser contabilizado, porquanto só vem contribuir, ainda mais, para melhorar o resultado final da Câmara Municipal. Antecipou não poder dizer qual a consideração que os auditores farão em dois mil e dezasseis, mas poder, sim, garantir que o serviço será adjudicado, estando, contudo, atentos à abertura de qualquer anúncio que possa surgir e à possibilidade de enquadramento de uma eventual candidatura.-----

---- Por último, e sobre a questão da dívida de água, a Senhora Presidente esclareceu que no balanço das contas aparece uma rubrica de dívidas a terceiros, referente a água, e aparecem, também, os valores provisionados, concluindo, assim, que essa salvaguarda está feita. Quanto à possibilidade de haver uma avaliação mais aprofundada, disse registar os contributos do Senhor Vereador, adiantando que os transmitiria aos auditores. A terminar, destacou a importância, na questão das dívidas, de limpar do sistema aquilo que não tem razão de existir, porque nunca mais vai ser recuperado, e que contribui para prejudicar a contabilização e as tais dívidas a terceiros.-----

---- **2. MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA DOIS MIL E DEZASSEIS:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a informação prestada pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Dr. João Paulo Almeida Anjos, datada de dezassete de novembro do ano em curso, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à mesma.-----

---- O Chefe de Divisão apresenta uma proposta de modificação aos Documentos Previsionais para o ano dois mil e dezasseis (2016), a qual contempla, em mapa apenso, uma Modificação ao Orçamento (Alteração número onze (11) aos documentos da despesa), e Modificações às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR) (Alteração número nove (09)), conforme consta dos documentos anexos à presente deliberação e que da mesma fazem parte integrante, para todos os efeitos legais.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da modificação promovida aos Documentos Previsionais para o ano dois mil e dezasseis (2016).-----

---- **3. RELAÇÃO DOS DESPACHOS EXARADOS NOS PROCESSOS A CORRER TERMOS NOS SERVIÇOS DE GESTÃO URBANÍSTICA DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS DIAS CINCO E DEZOITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso,

foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a relação dos despachos exarados nos diversos processos que correm termos nos serviços de gestão urbanística da Divisão de Planeamento e Urbanismo, no período compreendido entre os dias cinco e dezoito de novembro de dois mil e dezasseis, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra arquivada junto ao livro de Atas.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da sobredita relação de despachos.-----

---- **4. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANGALHOS - EXPOSIÇÃO:--**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a comunicação remetida pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Sangalhos, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia arquivada junto ao livro de Atas.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da exposição remetida pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Sangalhos relativamente aos apoios concedidos pelo Executivo Municipal para as obras a realizar no Centro Paroquial e na Igreja Matriz.-----

---- **5. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO - AGRADECIMENTO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a comunicação remetida pelo Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- O Presidente da Direção do Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro manifesta o seu agradecimento por todo o apoio prestado pela Câmara Municipal de Anadia ao Grupo de Voluntariado Comunitário do concelho de Anadia da Liga Portuguesa Contra o Cancro, fundamental na concretização da IV Edição da Caminhada "Caminhe por uma Causa!" e, conseqüentemente, na prossecução dos objetivos da LPCC.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da comunicação remetida pelo Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro.-----

---- **6. ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS PLÁSTICOS DA BAIRRADA - AGRADECIMENTO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a comunicação remetida pela Associação dos Artistas Plásticos da Bairrada, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- O Presidente da Direção da Associação dos Artistas Plásticos da Bairrada expressa o seu agradecimento, em nome da AAPB, pela colaboração prestada pela Câmara Municipal de Anadia, nomeadamente através da disponibilização da Biblioteca Municipal para a exposição "Arte Bairradina - De mão em mão" e de transporte para as visitas culturais efetuadas a Lisboa e Porto, assim como pela intervenção promovida pela Câmara Municipal, com a realização de obras de recuperação/requalificação da Casa Rodrigues Lapa.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da comunicação remetida pela Associação dos Artistas

Plásticos da Bairrada.-----

---- **7. CASIMIRA FERREIRA SEABRA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA RELATIVA AO RAMAL DE LIGAÇÃO DA REDE DOMÉSTICA DE ÁGUAS RESIDUAIS DA SUA HABITAÇÃO AO SISTEMA PÚBLICO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS - CESSAÇÃO:--**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento, a informação prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à mesma.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da informação técnica prestada, a dar conta da cessação do processo referente ao pedido apresentado por Casimira Ferreira Seabra, de isenção do pagamento da tarifa relativa ao ramal de ligação da rede doméstica de águas residuais da sua habitação ao sistema público de drenagem de águas residuais, pelo facto de a requerente ter declarado pretender desistir do pedido, uma vez que encontrou uma solução económica para efetuar o pagamento.-----

---- **DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO:-----**

---- Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

---- Nada mais havendo a tratar, e tendo sido considerados findos os trabalhos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, declarou encerrada a reunião, quando eram doze horas e cinquenta e dois minutos e, de tudo para constar, se lavrou a presente Ata, que eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, redigi, subscrevi e assino.-----